

Senhor Secretário Geral,

Ao cumprimentar Vossa Excelência pela assunção de sua distinta função, vimos, respeitosamente, apresentar nossa visão acerca das oportunidades de avanço institucional em termos de igualdade de gênero no Ministério das Relações Exteriores. Somos representantes do Grupo de Mulheres Diplomatas - coletivo informal constituído no bojo do Itamaraty ao longo dos três últimos anos, com o objetivo de debater as principais questões de interesse comum das mulheres que integram a carreira diplomática brasileira.

Identificam-se razões suficientes para justificar o objetivo de consolidar a igualdade de gênero dentro de nossa instituição. No plano doméstico, têm-se a legislação e a jurisprudência nacional que vedam qualquer discriminação ou violência, inclusive psicológica, baseada em gênero no ambiente de trabalho. No plano externo, deve-se buscar não apenas cumprir com os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro por meio da assinatura de instrumentos vinculantes multilaterais e regionais em matéria de direitos das mulheres, como também manter a coerência entre a imagem projetada internacionalmente pelo Brasil, por meio de sua diplomacia, e a realidade interna da chancelaria. Referimo-nos à postura tradicionalmente defendida pelo MRE em foros multilaterais dedicados às mulheres – situada ao lado das mais progressistas do globo -, bem como às posições de destaque ocupadas no momento pelo País na estrutura de gênero das Nações Unidas, entre elas a presidência da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW, na sigla consagrada em inglês) e a Junta Executiva da ONU Mulheres (UN Women).

Com relação aos campos em que se identificam oportunidades concretas de aprimoramento das práticas internas, desejamos remeter à carta elaborada pelo Grupo em março de 2014, assinada por mais de 200 diplomatas, cuja cópia anexamos a este documento. A missiva deu origem, por exemplo, à constituição do Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGCR) do MRE, em 12/09 do mesmo ano. O texto elencava, porém, ampla gama de sugestões de ações que favoreceriam a igualdade de gênero no MRE, conforme Vossa Excelência poderá constatar.

Entre os temas de interesse, destacamos o da paridade de gênero. Com a aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODS), o Brasil comprometeu-se a alcançar a igualdade de gênero até 2030. Na presidência da Comissão sobre a Situação da Mulher, o Brasil busca orientar os Estados-Membros da ONU na consecução dessa meta. Um dos óbices à igualdade de gênero, como identificado no processo de revisão universal dos 20 anos da Conferência e Plataforma de Ação de Pequim, é a ausência de mulheres em posições de comando (“decision-making”) e em atividades tradicionalmente associadas ao estereótipo masculino, como é o caso da diplomacia. Portanto, um plano estratégico com metas claras e com vistas ao alcance da paridade plena de gênero em todos os níveis da carreira faz-se fundamental como uma medida para cumprir o compromisso internacional do Brasil com os ODS e com a justiça e a equidade social.

De acordo com o estudo "As mulheres na carreira diplomática brasileira: uma análise do ponto de vista da literatura sobre o mercado de trabalho e gênero", dos pesquisadores Rogério Farias e Géssica Carmo, projetando o ritmo de entrada de 1945 a 2010 para o futuro, somente em

2066 se chegaria à igualdade na acessão de mulheres. O estudo mostra ainda que as mulheres em média demoram mais para ter sua primeira remoção e vão proporcionalmente para postos de menor prestígio. Se não houver uma estratégia para mudar esse quadro, a realidade das mulheres diplomatas continuará expondo uma incoerência entre a prática e o discurso do Brasil em política externa. Para que se tenha um parâmetro de estratégias de enfrentamento a essa questão, mencionamos que os candidatos ao cargo de Secretário-Geral da ONU têm apresentado propostas concretas, com metas específicas, para ajustar toda a estrutura das Nações Unidas ao nível de ambição da meta de gênero como definida pelos ODS. A chancelaria francesa recentemente estabeleceu a meta de atingir 40% de paridade até 2018. Em 2015, chegaram a 29% de embaixadores do sexo feminino. Em 2012, eram apenas 11%.

Estamos convictas de que o Brasil e suas instituições, entre as quais o MRE, também percorrem trajetória inexorável rumo à plena observância da igualdade entre mulheres e homens, consagrada na Constituição Federal de 1988. Não apenas isso, mas assistimos com interesse à conjuntura histórica mundial que permite a um país como a Suécia assumir uma política externa declaradamente feminista. Com base nessa certeza, permitimo-nos compartilhar as informações acima, na esperança de que lhe subsidiem na administração que imprimirá ao Ministério.

Colocamo-nos desde já à disposição de Vossa Excelência para prestar quaisquer esclarecimentos que se mostrem necessários ao bom andamento das políticas de gênero no Itamaraty ao longo de sua gestão - a qual, fazemos votos, será muito exitosa.